



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Divisão de Licitações e Contratos

Termo de Referência - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Histórico- Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
08.02.2021	1.0	Elaboração do Termo de Referência	FCPS
03.03.2021	2.0	Adequação do Termo de Referência	FCPS
10.03.2021	3.0	Inclusão das atribuições dos Monitores Readequação do item referente à remuneração dos Monitores	FCPS
30.03.2021	4.0	Alterações propostas pela DU	FCPS
08.04.2021	5.0	Alteração do Regime de Execução e Inclusão do prazo de início da Execução dos Serviços	FCPS

Interessado: **NOVACAP**

Processo administrativo nº 00112-00004273/2021-26

1. DO OBJETO
2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO
3. QUADRO RESUMO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
4. DEMANDA DA CONTRATAÇÃO
5. PROGRAMA DE APRENDIZAGEM - JARDINAGEM
6. PARCELAMENTO DO OBJETO
7. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO/MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
8. REGIME DE EXECUÇÃO
9. REMUNERAÇÃO DO APRENDIZ
10. DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM
11. DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA
12. DO DESLIGAMENTO DO APRENDIZ
- 13- DOS MONITORES
- 14- DA REMUNERAÇÃO DOS MONITORES
15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
17. DA SUBCONTRATAÇÃO
18. DAS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS
19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
20. DO CONTRATO E PRAZO PARA INÍCIO EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
21. DO PAGAMENTO
22. DO REAJUSTE
23. DOS DIREITOS E GARANTIAS

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

26. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS

27. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

I. DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO						Nº do C.N.P.J	
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP						00.037.457.0001-70	
ENDEREÇO:		Setor de Áreas Públicas Sul Lote "B"					
CIDADE:	Brasília	U.F.:	Distrito Federal	CEP:	71.215-000	Telefone:	3403-2300

TERMO DE REFERÊNCIA**PREGÃO ELETRÔNICO**

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos inscrita no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional – CNAP, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para prestação de serviços de recrutamento, seleção, contratação e acompanhamento de jovens aprendizes em jardinagem maiores de 18(dezoito) e menores de 24(vinte e quatro) anos nas dependências da NOVACAP, bem como para o desenvolvimento de Programa de Aprendizagem Profissional nos termos da Lei nº 10.097/2000, do Decreto nº 9.579/18, e da Portaria nº 723/2012 do, então, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e demais normas pertinentes, assim como Monitores para o acompanhamento dos jovens aprendizes nas dependências da Novacap, além das especificações contidas neste Termo de Referência.

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO
01	190	Aprendizes em Jardinagem	Jovens de 18 a 24 anos em situação regular de estudo em instituição pública ou 100% bolsista em rede particular ou que já concluíram o ensino médio.
02	10	Aprendizes em Jardinagem	Adolescentes em situação regular de estudo em instituição pública ou 100% bolsista em rede particular, ou que concluíram o ensino médio, enquadrados na categoria de Pessoas com Deficiência (PCD), na cota proporcional de 5% do quantitativo contratado, considerando que a NOVACAP possui acima de 1.000 empregados – conforme determina o Decreto nº 3.298, de 1999.
03	10	Monitores	Profissionais responsáveis pelo acompanhamento das atividades práticas dos jovens aprendizes em jardinagem nos 02(dois) Viveiros da Novacap.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

2.2. Os serviços a serem prestados devem estar em conformidade com especificações e quantitativos descritos abaixo:

2.2.1. De acordo com o art. 429 da CLT, estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a contratar aprendizes em cota mínima de 5% e máxima de 15% do total de sua força de trabalho cujas funções demandem formação profissional.

2.2.2. Os aprendizes serão distribuídos nos 02 (dois) Viveiros da NOVACAP, de acordo com a demanda de atividade exclusivamente na área de JARDINAGEM, durante o contra turno escolar, cumprindo jornada de trabalho de 8h às 12h para o turno matutino, e de 13h às 17h para o vespertino, de segunda a sexta-feira.

2.2.3 A CONTRATADA deverá manter nos locais de aprendizagem prática pelo menos 50% dos aprendizes em cada turno, mesmo quando da eventual necessidade de participação do jovem em atividade teórica fora da NOVACAP, objetivando melhor prestação de serviços.

2.2.4. Os monitores serão distribuídos nos 2(dois) Viveiros da Novacap, cumprindo jornada de trabalho de 8h às 12h e de 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, sendo responsáveis pelo acompanhamento das atividades práticas dos menores aprendizes.

3. QUADRO RESUMO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de jovens aprendizes em jardinagem.				
De natureza comum	SIM	X	NÃO	
De prestação continuada	SIM	X	NÃO	
Eminentemente intelectual	SIM		NÃO	X
Possui inovação tecnológica ou técnica	SIM		NÃO	X
De Tecnologia da informação	SIM		NÃO	X
Possui mão de obra exclusiva	SIM		NÃO	X

JUSTIFICATIVA

Ao proibir o trabalho de menores de 16 anos, a Constituição Federal de 1988 ressaltou a possibilidade de menores de 14 anos ingressarem no mercado de trabalho, na condição de aprendizes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, garante em seus arts. 60 a 69 o direito à aprendizagem com a devida e integral proteção à criança e ao adolescente.

A aprendizagem presencial cria oportunidades aos participantes de familiarização com o universo profissional, proporcionando experiências práticas para o trato com as diversas realidades da rotina de trabalho e permite às empresas, além do cumprimento de exigências legais, desempenhar papel fundamental de responsabilidade social, formando cidadãos mais qualificados, inclusive com maior capacidade de discernimento.

Vale ressaltar a relevância de programas dessa natureza que não apenas proporcionam ao aluno a conciliação entre o conteúdo teórico e prático como permitem complementar o orçamento familiar.

A formação profissional básica realiza-se por meio de programas específicos de aprendizagem organizada e desenvolvida, sob a orientação e responsabilidade de instituições formadoras legalmente qualificadas.

A NOVACAP sempre contribuiu com a parcela da sociedade mais vulnerável por meio de atividades voltadas à aprendizagem e qualificação profissional com programas similares no contra turno escolar, evitando que tal público-alvo fique exposto à criminalidade, violência e demais riscos ocasionados por eventual ociosidade.

Além do intuito de apoiar instrumentos que possibilitem maior impacto social, a Companhia cumpre ainda obrigação legal - prevista no art. 9, *caput* do Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005 e também no art. 429 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Ante o exposto, a formalização de parceria com o escopo constante neste Termo de Referência é de suma importância, visto a necessidade de manutenção de jovens aprendizes nas atividades de jardinagem ora desempenhadas nos Viveiros da NOVACAP, cujo objetivo é inseri-los no mercado de trabalho, proporcionando-lhes formação técnico- profissional que contribua com seu crescimento e educação, traçando um caminho mais seguro para a sua inserção no mercado de trabalho.

O Programa Jovem Aprendiz, existe há cerca de trinta anos, oferecendo aos jovens a oportunidade de aprender, zelar e interagir com a natureza por meio da vivência das atividades práticas a serem realizadas nos Viveiros da NOVACAP, agregando, também, conhecimentos no âmbito administrativo.

O programa possui um viés social, haja vista ser voltado para alunos da rede pública de ensino ou bolsistas integrais da rede particular, oriundos de família de baixa renda, os quais têm uma oportunidade de mobilidade social, a partir do momento em que são inseridos no mercado de trabalho.

O Programa Jovem Aprendiz possibilita à NOVACAP desempenhar importante papel social, servindo como exemplo para todo o segmento empresarial público ou privado.

O objeto da presente contratação não é eminentemente intelectual e nem de tecnologia da informação, visto que se trata de fornecimento de prestação de serviços comuns e não de mão de obra.

4. DEMANDA DA CONTRATAÇÃO

Estimada	X
Definida	

JUSTIFICATIVA: Trata-se de quantidade estimada com base nos levantamentos e no histórico de prestação de serviços de jovens aprendizes em experiências anteriores já adotadas pela NOVACAP por meio de parcerias previamente firmadas para o devido fim, portanto, a demanda deve ser considerada como **ESTIMADA**, com previsão de variações de acordo com a especificidade ou sazonalidade da execução dos serviços ou, ainda, de acordo com a cota exigida em lei, não ultrapassando a quantidade máxima de 200 (duzentos) jovens aprendizes, já incluindo-se os PCD's.

5. PROGRAMA DE APRENDIZAGEM - JARDINAGEM

5.1. O programa de aprendizagem técnico-profissional prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, baseada no art. 430 da CLT e com atividades práticas coordenadas pelo empregador. A entidade qualificadora deve observar uma série de fatores e critérios estabelecidos pela Portaria nº 723/2012 para a elaboração de um programa de aprendizagem profissional, tais como público-alvo e o número máximo de aprendizes por turma, perfil socioeconômico do aprendiz e justificativa para atendimento, objetivos dos programas, especificação dos conteúdos e atividades etc.

5.2. A CONTRATADA deverá apresentar descrição do Programa de Aprendizagem cadastrado e validado na Secretaria Especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia do Governo Federal com conteúdo programático, cronograma, metodologia e estrutura de atendimento, bem como as seguintes especificações:

a) Teórico: noções de preparo e adubação do solo para plantio, semeadura, fitossanidade, tratos culturais, envasamento de sacos, descarte, transplante, aplicação de adubos e demais tratos culturais relacionados com a rotina diária referente à produção de mudas ornamentais, flores, grama, árvores, palmeiras, arbustos e demais espécies.

b) Prático: Semeadura, repicagem, reciclagem, desbaste, tratos culturais, envasamento de sacos, descarte, transplante, aplicação de adubos e demais tratos culturais relacionados com a rotina diária referente à produção de mudas ornamentais, flores, grama, árvores, palmeiras, arbustos e demais espécies.

- Atividade de formação de canteiros ornamentais de mudas cultivadas em tubetes, da sementeira e casa de vegetação localizada nas áreas dos referidos viveiros;
- Atividades de conservação e limpeza de bancadas e galpões; e
- Desenvolvimento das demais atividades rotineiras do setor observando às condições de trabalho permitidas à condição do jovem .

5.3. A carga horária deverá ser de 20 horas semanais, em turno contrário ao escolar, distribuídas entre atividades práticas e teóricas, conforme estabelecido no contrato de aprendizagem, não sendo permitida a prorrogação.

5.4. As atividades servirão de referência e embasamento prático ao conteúdo oferecido nos cursos, no intuito de melhor aproveitamento do aprendizado e otimização do estudo, proporcionando ao aprendiz a experiência necessária para o futuro desempenho profissional na área de jardinagem.

5.5 O Programa tem por finalidade:

- estimular a prática da cidadania, de valores éticos e profissionais;
- facilitar a inserção do Jovem Aprendiz no mercado de trabalho por meio da vivência de situações que propiciam o aprendizado e a aquisição de hábitos e atitudes desejáveis em ambientes de trabalho.

6. PARCELAMENTO DO OBJETO

PARCELAMENTO DO OBJETO	SIM	NÃO	X
JUSTIFICATIVA: Trata-se de demanda a ser executada por empresa única, sem necessidade de fracionamento por lotes.			

7. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO/MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM	NÃO	X
PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SIM	NÃO	X

8. REGIME DE EXECUÇÃO

Empreitada por preço unitário	X
Empreitada por preço global	
Contratação semi-integrada	
JUSTIFICATIVA: Trata-se de objeto cuja dimensão da demanda é estimada com base em experiências prévias de parcerias em programas da mesma natureza junto à Companhia.	

9. REMUNERAÇÃO DO APRENDIZ

9.1 A entidade contratada efetuará o pagamento das verbas salariais ao Jovem Aprendiz até o 5º dia útil do mês subsequente ao de competência.

9.2 Ao Jovem Aprendiz será garantido o salário mínimo-hora, considerando as atividades práticas e teóricas.

9.2.1 Para o cálculo do salário será considerado o salário mínimo-hora vigente, composto pelo total das horas trabalhadas, computando-se as horas destinadas às atividades teóricas e práticas, com a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Salário Mensal} = \frac{\text{Salário-hora} \times \text{horas trabalhadas semanais} \times \text{número de semanas do mês} \times 7}{6}$$

6

9.2.2 O número de semanas do mês varia de acordo com o número de dias do mês, devendo ser levado também em consideração para definição do salário mensal, conforme tabela abaixo:

Número de dias do mês	Número de semanas do mês
31	4,4285*
30	4,2857
29	4,1428
28	4

9.3 O Jovem Aprendiz faz jus ao repouso semanal remunerado aos sábados, domingos e feriados.

9.3.1 A falta não justificada às atividades teóricas e/ou práticas implicará no desconto de 1/30 do salário auferido pelo Aprendiz, cumulativamente por:

- a) dia em que se verificar a ausência;
- b) sábado e domingo que ocorrer no período compreendido entre o dia da ausência e o dia de retorno às atividades;
- c) feriado civil ou religioso que ocorrer no período compreendido entre o dia da ausência e o dia de retorno às atividades.

9.3.1.1. Não são descontados os afastamentos do Jovem Aprendiz previstos no item 9.3.

9.4 O cálculo das verbas salariais correspondentes ao mês em que ocorrer a admissão ou o desligamento do Jovem é proporcional à quantidade de dias do Contrato ativo.

9.5 A alíquota do depósito ao FGTS corresponderá a 2% da remuneração devida ao Jovem Aprendiz, em conformidade com a legislação vigente.

9.6 Os aprendizes farão jus também ao recebimento de:

- a) gratificação natalina (13º salário), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e repouso semanal remunerado;
- b) concessão de trinta (30) dias de férias, coincidentes com um dos períodos de férias escolares; e
- c) vale-transporte para o deslocamento do aprendiz até o local laboral, incluindo o retorno à sua residência, acrescidos de vale-transporte para participação na aprendizagem teórica a ser realizada na entidade formadora.

9.7 De acordo com o art. 71 da CLT a jornada de trabalho inferior a 06 (seis) horas diárias não terá intervalo para repouso e alimentação. Assim sendo, a empresa não está obrigada a conceder vale-refeição ao empregado que trabalha 04 (quatro) horas por dia e, portanto, tal benefício não será concedido.

9.8 Os direitos e parcelas referidos em incisos anteriores deverão ser providenciados pela CONTRATADA.

9.9 A participação no programa jovem aprendiz não gerará vínculo empregatício de qualquer natureza com a NOVACAP.

9.10 A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos contratos de trabalho dos aprendizes, não podendo ser arguida solidariedade da NOVACAP e nem mesmo responsabilidade subsidiária.

10. DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM

10.1. O contrato de trabalho especial de aprendizagem será ajustado por escrito, celebrado entre a CONTRATADA e o aprendiz, não podendo ser estipulado por prazo superior a 02 (dois) anos, em cumprimento ao art. 428, *caput* e §3º da CLT, assegurando ao aprendiz a inscrição no programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e possibilitando o aprendiz a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

10.2. O contrato deverá conter expressamente o curso, a jornada diária e semanal, a definição da quantidade de horas teóricas e práticas, a remuneração mensal e o termo inicial e final do contrato, que deve coincidir com o início e término do curso de aprendizagem, previsto no respectivo programa.

11. DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA

11.1. A CONTRATADA enviará à NOVACAP os formulários para registro de frequência e férias dos aprendizes.

11.2. A NOVACAP devolverá as folhas de frequência, devidamente preenchidas e assinadas, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

11.3. As férias dos aprendizes serão marcadas em períodos que coincidam com as férias escolares, devendo a NOVACAP ser informada pela CONTRATADA, com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, quanto ao início e término das férias.

11.4. O gozo das férias não será convertido em abono pecuniário e nem parcelado, sendo, portanto, concedido de uma única vez.

11.5. O aprendiz poderá se ausentar do trabalho, sem prejuízo do salário e benefícios, nos seguintes casos:

- a) licença por motivo de saúde por até 15 (quinze) dias corridos, mediante apresentação de atestado médico à NOVACAP;
- b) licença por motivo de acidente de trabalho;
- c) licença paternidade por 05 (cinco) dias, mediante apresentação de certidão de nascimento;
- d) licença maternidade por 120 (cento e vinte) dias, mediante apresentação de atestado médico à NOVACAP;
- e) durante 02 (dois) dias por falecimento de cônjuge, companheiro, pai, mãe, filha (o), irmã (o) e dependente legal, mediante apresentação de atestado de óbito à NOVACAP;
- f) até 03 (três) dias consecutivos em virtude de casamento, mediante apresentação da respectiva certidão;
- g) por convocação da justiça;
- h) as ausências do jovem aprendiz ao trabalho, que não sejam justificadas, serão apontadas no controle de frequência e, conseqüentemente, descontadas do seu salário e respectivos benefícios; e

i) os atestados e outros comprovantes supracitados serão anexados à folha de frequência do aprendiz no momento do envio à CONTRATADA.

12. DO DESLIGAMENTO DO APRENDIZ

12.1 O contrato de Aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o Aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, exceto na hipótese de aprendiz com deficiência ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

- a) desempenho insuficiente ou inadaptação do Aprendiz;
- b) falta disciplinar grave;
- c) ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; e
- d) a pedido do Aprendiz.

12.2 A hipótese da alínea "a" especificada no item 12.1 ocorrerá mediante manifestação da CONTRATADA, a quem cabe a sua supervisão e avaliação. A NOVACAP deverá encaminhar os seguintes documentos:

- a) relatório de avaliação comportamental;
- b) parecer justificando a falta cometida passível de rescisão;
- c) outros documentos julgados necessários.

12.3 A hipótese de Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo especificada no item 12.1., alínea "c", será comprovada através da apresentação de declaração da instituição de ensino.

12.4 Nas hipóteses de rescisão antecipada do contrato de Aprendizagem, não se aplicam os artigos 479 e 480 da CLT, que tratam da indenização, por metade, da remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

12.5 Por ocasião do desligamento e da admissão é obrigatória a realização de exame de saúde, devendo a CONTRATADA encaminhar à NOVACAP a cópia do Atestado de Saúde Ocupacional correspondente.

12.6 O desligamento do Aprendiz dar-se-á, impreterivelmente, na data fim estabelecida no contrato de Aprendizagem, ainda que em gozo de quaisquer faltas abonáveis ou tipos de afastamento, considerando o disposto no Art. 22 da Instrução Normativa SIT 146, de 25/07/2018:

"Art. 22. É assegurado à aprendiz gestante o direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, II, "b", do ADCT.

§ 1º Durante o período da licença maternidade, a aprendiz se afastará de suas atividades, sendo-lhe garantido o retorno ao mesmo programa de aprendizagem, caso ainda esteja em curso, devendo a entidade formadora certificar a aprendiz pelos módulos que concluir com aproveitamento.

§ 2º Na hipótese de o contrato de aprendizagem alcançar o seu termo final durante o período de estabilidade, deverá o estabelecimento contratante promover um aditivo ao contrato, prorrogando-o até o último dia do período da estabilidade, ainda que tal medida resulte em contrato superior a dois anos ou mesmo que a aprendiz alcance vinte e quatro anos.

§ 3º Na situação prevista no § 2º, devem permanecer inalterados todos os pressupostos do contrato inicial, inclusive jornada de trabalho, horário de trabalho, função, salário e recolhimentos dos respectivos encargos, mantendo a aprendiz exclusivamente em atividades práticas.

§ 4º As regras previstas no caput e parágrafos 1º a 3º deste artigo se aplicam também à estabilidade acidentária prevista no art. 118 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991."

12.7 A CONTRATADA providenciará, no prazo legal, a homologação rescisória junto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE ou na respectiva entidade sindical, apresentando à NOVACAP, até o dia 5 do mês subsequente, a cópia da página da CTPS, com:

- a) o registro da baixa do contrato de Aprendizagem;
- b) o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT correspondente ao desligamento do Aprendiz do Programa; e
- c) via original do atestado de saúde – ASO;

12.8 O prazo legal para efetuar o pagamento das verbas rescisórias do Aprendiz é de até 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato;

12.9 Em caso de encerramento do contrato entre a NOVACAP e a CONTRATADA, e não sendo possível a manutenção dos Aprendizes, a CONTRATADA deverá:

- a) regularizar o pagamento dos direitos trabalhistas, dando plena quitação correspondente ao período em que administrou o contrato de Aprendizagem;
- b) encerrar o contrato de Aprendizagem com o adolescente na respectiva CTPS;
- c) comunicar formalmente o núcleo familiar sobre o processo da rescisão do contrato e acerto dos direitos trabalhistas; e
- d) conceder os Certificados de Qualificação Profissional do aproveitamento do Módulo Concluso, com especificação das disciplinas e o total de horas cumpridas pelo Adolescente Aprendiz.

13- DOS MONITORES

13.1 Os Monitores serão responsáveis pelas seguintes atividades:

13.1.1 Receber as demandas de aprendizado prático dos responsáveis pelos setores de trabalho da empresa e distribuir as atividades entre as equipes de aprendizes;

13.1.2 Orientar e acompanhar em tempo integral o aprendizado prático dos jovens aprendizes;

13.1.3 Acompanhar a frequência diária do aprendiz, com a devida informação *pari passu* ao Gestor do Contrato da Novacap;

13.1.4 Manter a disciplina e o cumprimento das obrigações entre os jovens aprendizes;

13.1.5 Advertir o aprendiz nas ações passíveis de advertência nos locais de aprendizado prático;

13.1.6 Fiscalizar o uso correto dos equipamentos de proteção individual;

13.1.7 Responsabilizar-se pelo empréstimo e devolução das ferramentas de trabalho;

13.1.8 Elaborar o relatório diário de atividades executadas;

13.1.9 Elaborar o relatório diário de frequência no aprendizado prático;

13.1.10 Zelar pela limpeza e organização nos locais de aprendizado.

14- DA REMUNERAÇÃO DOS MONITORES

14.1 A remuneração desta categoria deverá obrigatoriamente ser embasada a partir dos seguintes critérios:

14.1.1 O salário a ser pago aos Monitores foi estabelecido conforme Classificação CBO - 3341 - Inspetor de Alunos e Afins

14.1.2. O salário considerado como base será de R\$ 1.265,62 (hum mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), obtido por meio de média salarial para a Categoria praticada no Distrito Federal;

14.1.2 Os benefícios e demais garantias, foram estimados/previstos considerando-se a Convenção Coletiva de Trabalho da SENALBA/DF - 2020/2021.

14.1.2.1. Os licitantes deverão apresentar suas propostas indicando os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem a categoria profissional que executarão o serviço, não sendo obrigadas a considerar o enquadramento estimado pela Novacap. (Acórdão 2.601/2020 - Plenário TCU)

14.2 Todos os custos deverão constar da planilha de formação de preços, com a citação de todos os insumos e indicação das categorias adotadas para composição do preço ofertado.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

15.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em condições de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

15.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela NOVACAP, durante a realização do Contrato.

15.4. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

15.5. A CONTRATADA poderá solicitar prorrogação de prazo de início da prestação de serviços na NOVACAP, com as devidas justificativas, e caberá ao Diretor Administrativo analisar e autorizar a prorrogação caso não prejudique o andamento dos serviços.

15.6. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados.

15.7. Selecionar, contratar e encaminhar à NOVACAP aprendizes que estejam matriculados em programa de aprendizagem por ela promovido.

15.8. Anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS de cada aprendiz os dados relativos ao Contrato de Aprendizagem.

15.9. Cumprir todas as obrigações trabalhistas referentes aos aprendizes.

15.10. Realizar pontualmente o pagamento aos aprendizes dos valores devidos em razão do trabalho executado.

15.11. Garantir locais favoráveis e meios didáticos apropriados ao programa de aprendizagem e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social do aprendiz.

15.12. Acompanhar as atividades e o desenvolvimento pedagógico do adolescente aprendiz, em relação ao programa de aprendizagem e ao ensino regular.

15.12.1 As atividades práticas serão acompanhadas pelos Monitores contratados para essa finalidade,

15.13. Promover a avaliação periódica do aprendiz no tocante ao programa de aprendizagem.

15.14. Expedir Certificado de Qualificação Profissional em nome do aprendiz, após a conclusão do programa de aprendizagem com aproveitamento satisfatório, e outros documentos que se fizerem necessários, em especial aqueles pertinentes às atividades escolares.

15.15. Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas neste instrumento contratual.

15.16. Comunicar imediatamente à NOVACAP, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato.

15.17. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito da NOVACAP.

15.18. Não utilizar o nome da NOVACAP, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente contrato.

15.20. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato.

15.21. Fazer com que os aprendizes cumpram as normas e regulamentos internos da NOVACAP.

15.22. Responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados à NOVACAP ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados, ou de atos dolosos ou culposos dos aprendizes. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de reparar dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano ou ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a NOVACAP reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês.

15.23. Enviar à CONTRATANTE amostra para aprovação do uniforme no que diz respeito ao modelo, cor e qualidade do tecido, bem como fornecê-lo ao jovem aprendiz, juntamente com os respectivos EPI's, conforme a seguir:

15.24.1- JOVEM APRENDIZ- Especificações Anexo III.

1. 2(duas) Calças jeans/brim na cor azul escuro;

2. 2(duas) Camisetas de malha fria, gola pólo, na cor azul marinho, com identificação da NOVACAP e Instituição - conforme especificações constantes do Anexo III;
3. Luva nitrílica - 01 par diário;
4. Luva de Coton - 01 par;
5. 1(um) par de botas de couro cano curto;
6. 1(um) par de Perneiras;
7. 1(um) Crachá; e
8. 1(um) Chapéu tipo australiano azul marinho - conforme especificações constantes do Anexo III .

15.24.2-MONITOR- Especificações Anexo III.

1. 2(duas) Calças jeans/brim azul escuro;
2. 2(duas) Camisetas de malha fria, gola pólo, na cor azul marinho, com identificação da NOVACAP e Instituição - conforme especificações constantes do Anexo III;
3. 2(dois) Jalecos/Guarda pó em brim RIP TOP, na cor azul marinho - conforme especificações constantes do Anexo III;
4. Luva nitrílica - 01 par diário;
5. Luva de Coton - 01 par;
6. 1(um) par de botas de couro cano curto;
7. 1(um) par de Perneiras;
8. 1(um) Crachá; e
9. 1(um) Chapéu tipo australiano azul marinho - conforme especificações constantes do Anexo III.

15.25. Entregar, **SEMESTRALMENTE**, os uniformes completos aos aprendizes e monitores mediante recibo nominal com descrição dos itens, cuja cópia deverá ser enviada à NOVACAP, de forma a assegurar que os jovens e monitores se apresentem de maneira asseada ao trabalho.

15.25.1. O relatório com os comprovantes de entrega dos uniformes e EPI's farão parte integrante do processo de fiscalização, que estarão à disposição dos órgãos fiscalizadores.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designados.

16.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e eventuais anexos.

16.3. A NOVACAP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.4. Designar um servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, que servirá de ponto de contato para dirimir dúvidas acerca da execução do contrato. Tão logo firmado o contrato, será informado o nome completo do empregado, matrícula, telefone e endereço eletrônico do executor em questão.

16.5. Efetuar, mensalmente, o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais e das previstas neste Termo de Referência.

16.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

16.7. Fornecer por escrito informações necessárias para a execução do objeto do contrato.

16.8. Zelar para que os aprendizes desenvolvam unicamente as tarefas estabelecidas no contrato.

- 16.9. Caracterizar como supervisor do aprendiz um servidor ocupante de cargo efetivo.
- 16.10. Não permitir a inclusão e manutenção de estudantes no programa de aprendizagem em desacordo com o preestabelecido.
- 16.11. Alocar o aprendiz na unidade organizacional da NOVACAP onde serão desempenhadas suas atividades, a saber Viveiros I e II (DPJ/DU/Novacap/PRES).
- 16.12. Providenciar e disponibilizar crachá de identificação para o aprendiz.
- 16.13. Controlar e responsabilizar-se pela disciplina e apresentação pessoal dos estudantes.
- 16.14. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante de aprendizagem social, profissional e cultural.
- 16.15. Proceder à consulta prévia ao SICAF, CADIN e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas antes da assinatura do contrato, e antes de efetuar qualquer pagamento à CONTRATADA e, se esta não for inscrita no SICAF, exigir a apresentação dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, seguridade social e trabalhista.
- 16.16. Anotar em relatório próprio todas as ocorrências, gerando relatório pormenorizado mensalmente, que deverá ser anexado à Nota Fiscal com o atesto pela execução dos serviços.
- 16.16.1. Toda e qualquer observação relativa a faltas, glosas ou demais registros, deverão ser consignadas no relatório de fiscalização mensal.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

18. DAS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS

- 18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no presente Termo de Referência, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 19.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e da Lei nº 13.303/2016.
- 19.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 19.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 19.4. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos art. 213 a 238 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.
- 19.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme o disposto nos art. 226 a 228 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.
- 19.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

19.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará a execução do objeto e promoverá a conferência e validação dos serviços prestados como forma de aferição do cumprimento contratual.

19.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar as inexecuções, atrasos ou irregularidades, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

19.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

19.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303/2016.

20. DO CONTRATO E PRAZO PARA INÍCIO EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 364.165,20** (trezentos e sessenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e vinte centavos) relativo ao valor mensal dos serviços, perfazendo o valor anual de **R\$ 4.369.982,40** (quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), incluindo a taxa de administração, no que diz respeito ao máximo de 200 (duzentos) jovens aprendizes alocados nos 02 (dois) Viveiros da NOVACAP, já inclusos encargos sociais e demais despesas operacionais.

20.2. A duração do contrato de prestação de serviços será de 2 (dois) anos, prorrogáveis por igual período, até o máximo de 4 (quatro) anos, mediante Termo Aditivo que deverá ser submetido à apreciação e aprovação das áreas jurídica e administrativa da NOVACAP, verificado o interesse e a conveniência da Administração Pública.

20.2.1 O prazo do Contrato do presente objeto ficará vinculado a duração dos contratos com os jovens aprendizes.

20.3. Considerando que o Contrato de Aprendizagem está limitado ao prazo máximo de 02 (dois) anos, fica vedada a contratação de aprendizes pela entidade CONTRATADA por período que extrapole o término do contrato principal firmado entre a CONTRATADA e a NOVACAP.

20.4 O prazo para início da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência será de até 10(dez) dias, contados a partir da assinatura do Contrato e emissão da Nota de Empenho.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto do contrato, limitado a 30 (trinta) dias contados do atesto da Nota Fiscal, que deverá ser emitido em até 5 (cinco) dias após o recebimento da documentação fiscal.

21.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do efetivo crédito em favor dos beneficiários, conforme este Termo de Referência, mediante conferência do relatório comprobatório de inclusão dos créditos solicitados.

21.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 246 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

21.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

21.5. O setor competente, para proceder ao pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data da emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;

- e) prazo de início da prestação de serviços;
- f) valor a pagar; e
- g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

21.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados; e
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade/quantidade mínima exigida.

21.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.9. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

21.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

21.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

21.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

21.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

21.15. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

21.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

21.17. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

21.18. Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela NOVACAP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso

22. DO REAJUSTE

22.1. Será admitido reajuste ao interregno mínimo de 01 (um) ano, o qual será contado a partir dos efeitos do último ajuste/reajuste.

22.2. O valor do objeto poderá ser reajustado excepcionalmente conforme a variação do salário mínimo.

22.3. Não será admitido reajuste no percentual referente à Taxa de Administração.

22.4. Casos supervenientes deverão ser avaliados e submetidos à Diretoria Administrativa da NOVACAP.

22.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se caracterizarem obrigatórios por força de instrumentos legais, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

23. DOS DIREITOS E GARANTIAS

23.1. A CONTRATADA deverá apresentar prestação de garantia de execução do contrato para assegurar o efetivo cumprimento das obrigações assumidas, conforme disposto no art. 149 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

23.2. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e as cartas de fianças, seus endossos e aditamentos, devem expressar a NOVACAP como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com este Termo de Referência ou o Termo de Contrato ou Termo Aditivo aos quais se vinculam.

23.3. O valor da garantia será de **2% (dois por cento)** do valor do contrato e, em caso de sua alteração, deverá ser atualizado nas mesmas condições pactuadas originalmente.

23.4. Os percentuais da garantia prestada inicialmente deverão ser mantidos e comprovados durante a execução dos serviços contratados.

23.5. O prazo da garantia deve coincidir com o do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias, devendo ser renovada a cada prorrogação contratual.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. São sanções aplicáveis pela NOVACAP:

I – advertência;

II – multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

24.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

24.3. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas neste Termo de Referência.

24.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela CONTRATADA. Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela CONTRATADA, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

24.5. As sanções previstas nos incisos I e III do item 24.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme § 6º do art. 251 do Regulamento de Licitações da NOVACAP.

24.6. O prazo da sanção prevista no inciso III do *caput* terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

24.7. A sanção prevista no inciso III do *caput* implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

24.8. A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 02 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

24.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto nos artigos 252 a 263 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

24.10 Para efeito de aplicação de multas, às infrações cometidas serão atribuídos graus, conforme as tabelas abaixo:

Tabela 1 - Percentual para as Multas

Grau	Correspondência (aplicado sobre o valor total do contrato)
1	0,06%
2	0,2%
3	0,3%
4	0,4%
5	0,6%
6	1%

Tabela 2 - Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	5	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, sem motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	4	Por dia e por unidade
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização	2	Por serviço e por dia
4	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador	2	Por ocorrência
5	Manter aprendizes sem observar o regulamento do programa de aprendizagem e não ter sido aprovado no devido processo seletivo	6	Por ocorrência
6	Subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente parte dos serviços e no caso de parcerias em redes, não apresentar as devidas justificativas necessárias a parceria do objeto da contratação	6	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviços determinados pela equipe de fiscalização, sem motivo justificado	4	Por ocorrência

8	Indicar preposto sem experiência e qualificação adequada	3	Por ocorrência e por dia
9	Demora injustificada no atendimento das demandas da Novacap	1	Por ocorrência e por dia
10	Utilizar as dependências da Novacap para fins diversos do objeto do contrato	5	Por ocorrência

Para os itens seguinte, deixar de:			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
11	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador	3	Por item e por ocorrência
12	Manter a documentação de habilitação atualizada	2	Por item e por ocorrência
13	Cumprir com as obrigações apresentadas no item 9 e subitens	3	Por item e por ocorrência
14	Efetuar o pagamento do salário e auxílio-transporte nos prazos definidos, ocasionando a interrupção das atividades do aprendiz	6	Por dia e por ocorrência
15	Apresentar, quando solicitado, a documentação fiscal, trabalhista e previdenciária	6	Por ocorrência e por dia
16	Observar as determinações da legislação trabalhista e as legislações pertinentes ao jovem aprendiz	6	Por ocorrência
17	Cumprir as políticas de segurança, código de ética e conduta e programa de integridade da Novacap	2	Por ocorrência

25. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

25.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

25.2. Os critérios de qualificação econômica, jurídica, fiscal e trabalhista a serem atendidos pelo prestador de serviços estarão previstos no Edital.

25.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela licitante serão:

25.3.1. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, fornecido(s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove(m) a aptidão para o fornecimento compatível com as características indicadas neste Termo de Referência.

25.3.2. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da entidade CONTRATANTE, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa CONTRATADA.

25.3.3. Comprovante do cadastramento eletrônico via sítio da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia no Cadastro Nacional de Aprendizagem;

25.3.4 Apresentação de Certidão do Registro da Entidade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, como entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional;

25.3.5 Comprovação da boa situação financeira da Licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que um (>1), analisada automaticamente pelo SICAF ou mediante comprovação através da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei e regulamentos na data de realização da Licitação, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data da Sessão Pública de abertura fixada no preâmbulo do Edital;

25.3.6 As empresas licitantes deverão comprovar que possuem capital social mínimo ou valor de patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, de acordo com os § 2º e 3º do artigo 31 da Lei nº 8.666/93.

26. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS

26.1 A entidade CONTRATADA deverá ser sem fins lucrativos, e ter por objeto a assistência ao adolescente e à educação profissional, devidamente registrada no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCADF;

26.2 A CONTRATADA deverá contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados;

26.3 A CONTRATADA deverá manter em vigor e devidamente validado pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia - ME seu registro no Cadastro Nacional de Aprendizagem e no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA, observando a Portaria nº 1005/2013 da Secretaria de Trabalho, bem como o cadastro do programa do curso de aprendizagem, aprovado e convalidado pelo ME, mediante legislação específica.

26.4 Os critérios de aceitabilidade de preços é o do valor global estimado de **R\$ 4.369.982,40** (quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

27. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

27.1. Os serviços destinados ao custeio da contratação em questão são do Programa de Trabalho 15.452.6209.8508.0001 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES - DISTRITO FEDERAL-Natureza da Despesa 339039, Fonte 100.

Elaborado por:

Flávia Christine Pires Sales

Assessora/DECOMP - Elaborador

Raimundo Oliveira Silva

Chefe do Departamento de Parques e Jardins - Elaborador

Randal Farah de Oliveira Leão

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Aprovo o presente Projeto Básico, conforme informações emitidas pela área técnica e demandante

Elzo Bertoldo Gomes

Diretor Administrativo

Sérgio Antunes Lemos

Diretor de Urbanização

ANEXO I

PLANILHA ESTIMATIVA-JOVEM APRENDIZ

Item	Referência		Valor	
5 dias X 4 horas	20 HORAS			
Salário mínimo Nacional / Referência	R\$			1.100,00
Salário mínimo Nacional / hora/aprendiz	R\$			5,00
Encargos Sociais/Trabalhista				
Salário Mínimo Nacional hora (Manual da Aprendizagem)	100	R\$		516,66
INSS	20,00%	R\$		103,33
FGTS sobre salário	2,00%	R\$		10,33
Férias proporcionais + 1/3	11,11%	R\$		57,40
FGTS sobre férias +1/3	2,00%	R\$		1,15
13º proporcional (1/12)	8,33%	R\$		43,04
FGTS sobre 13º	2,00%	R\$		0,86
Subtotal			R\$	732,77
Benefícios				
Vale Transporte (22 X R\$ 5,50 X 2 + 22 X R\$ 3,80 X 2)	R\$	18,60	409,14	
Subtotal			R\$	409,14
Demais componentes				
Taxa de Administração/formação profissional	R\$	400,00	R\$	400,00
Subtotal			R\$	400,00
Outros				
Uniforme (Calça, Camisetas, Bota, Meias, Perneira, Chapéu, Jaleco, Luvas) / Limpeza e manutenção	R\$	900,00	R\$	75,00
PCMSO - Exames ocupacionais (admissional, periodico e demissional)	R\$	120,00	R\$	10,00
Seguro de Vida (acidentes pessoais)	R\$	18,00	R\$	1,50
Crachá	R\$	15,00	R\$	1,25
Folha de Ponto Impressa	R\$	15,00	R\$	1,25
Subtotal			R\$	89,00
TOTAL POR APRENDIZ (MENSAL)			R\$	1.630,91
TOTAL PARA 200 APRENDIZES (MENSAL)			R\$	326.182,00
TOTAL PARA 200 APRENDIZES (12 MESES)			R\$	3.914.184,00

PLANILHA ESTIMATIVA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS- MONITORES

PLANILHA ESTIMATIVA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS MONITORES		
NOVACAP COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL BRASIL		
Item	Referência	
Salário Monitor		R\$1.265,62
Subtotal		R\$1.265,62
Encargos Sociais/Trabalhistas		
INSS	20%	253,12
FGTS 8%	8%	101,25
Aviso Prévio	8,33%	105,43
Indenização do FGTS	4%	50,62
Custos de Rescisão	0,49%	6,20
13º Salário	8,33%	105,43
Férias	8,33%	105,43
Adicional de Férias	2,78%	35,18
Encargos sobre 13º Salário e Adicional de Férias	8%	19,68
Incidência sobre reposição	1%	12,66
Subtotal		R\$ 795,00
OBS.: CCT DOS MONITORES: SENALBA		
Benefícios		
Vale Transporte (22 X R\$ 5,50 X 2 + 22 X R\$ 3,80 X 2)	R\$ 18,60	409,14
Vale Alimentação	26,00*22	R\$ 572,00
Assistência Odontológica		R\$20,06
Seguro de vida		R\$ 1,50
Subtotal		R\$ 1.002,70
Demais componentes		
Taxa de Administração	R\$ 650,00	R\$ 650,00
Subtotal		R\$ 650,00
Outros		
Uniforme (Calça, Camisetas Bota, Meias, Perneira, Chapéu, Jaleco, Luvas) / Limpeza e manutenção	R\$ 900,00	R\$ 75,00
PCMSO - Exames ocupacionais (admissional, periódico e demissional)	R\$ 120,00	R\$ 10,00
Subtotal		R\$ 85,00
TOTAL POR MONITOR (MENSAL)		R\$ 3.798,32
TOTAL PARA 10 MONITORES (MENSAL)		R\$ 37.983,20
TOTAL PARA 10 MONITORES (12 MESES)		R\$ 455.798,40

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

O **LICITANTE**, em função de sua característica de organização, poderá efetuar alterações que julgar necessárias na Planilha de Custos e Formação de Preço, com inclusão ou exclusão de itens, desde que os custos demonstrados reflitam efetivamente os componentes do preço ofertado, de forma a viabilizar o cumprimento integral das exigências estabelecidas no Termo de Referência e legislação em vigor, não podendo o **LICITANTE**

Vencedor alegar posteriormente desconhecimento de fatos ou erros no preenchimento das planilhas, como fundamento para solicitar reequilíbrio econômico- financeiro da proposta/contrato:

Todos os valores dos itens listados na composição dos encargos e benefícios deverão ser justificados através de um memorial de cálculo, conforme exemplo a seguir:

a) Caso o **LICITANTE**, em consonância com o art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009, tenha adotado e acostado em sua proposta comercial o direito de isenção das contribuições do INSS de que tratam os art. 22 e 23 da citada Lei 8.212/91, deverá apresentar, juntamente com a Planilha de Custos e Formação de Preços, o documento de comprovação dessa isenção. O mesmo se aplica a qualquer outro encargo ou valor para o qual o **LICITANTE** tenha isenção.

(local e data)

(assinatura, devidamente identificada)

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

COMERCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 00112-00004273/2021-26

PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PROGRAMA DE JOVEM APRENDIZ PARA A NOVACAP

À

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência e Anexos.

Declaramos que esta oferta tem validade inicial de 90 (sessenta) dias, contados da data de abertura desta proposta.

Nossa cotação para os serviços cotados nesta proposta são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL (R\$)
01	Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos inscrita no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional – CNAP visando implantação e gerenciamento de Programa de Aprendizagem, viabilizando o acesso de 200 (duzentos) jovens alunos ao ambiente de trabalho, por meio de iniciação do processo de aprendizagem profissional nas dependências da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, e 10 (dez) Monitores responsáveis pelo acompanhamento das atividades práticas dos jovens aprendizes nos 2(dois) Viveiros da Novacap	R\$

Nos preços mencionados estão inclusos todos os custos necessários para a execução dos serviços, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

TERMO DE GARANTIA

Garantimos que os serviços a serem executados possuem as mesmas características/especificações mencionadas no Termo de Referência e nesta proposta.

Declaramos, sob as penas da lei, que nossa empresa não está impedida de participar de licitações e de ser contratada por essa Administração, por não estar enquadrada em nenhuma das hipóteses do art. 38, da Lei nº 13.303/2016.

Declaramos, ainda, sob as penas da Lei, que não empregamos familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Novacap.

DADOS DA EMPRESA:

Informar dados da Matriz:

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____

E-mail: _____

Dados bancários:

Banco: _____ Agência: _____

Conta-Corrente: _____

Obs.: o CNPJ informado deverá estar regularmente cadastrado e com habilitação em vigor, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Dados da autoridade competente que assinará o contrato:	
Nome:	
Cargo:	
Documento de Identidade: nº	
Órgão Expedidor:	UF:
CPF nº	

(local e data)

(assinatura, devidamente identificada)

ANEXO III - ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DOS UNIFORMES

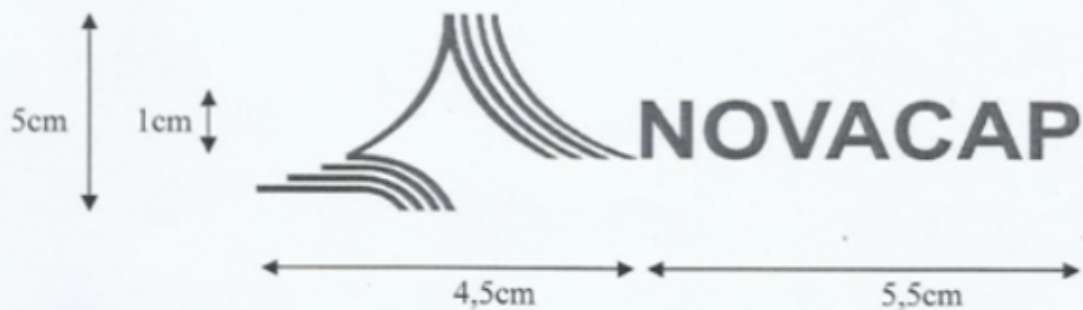
ITEM	DESCRIÇÃO
1	<p>CALÇA JEANS/BRIM - COR AZUL MARINHO <u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • composição: Jeans 11oz (95% algodão – no mínimo + elastano)
2	<p>GUARDA-PÓ RIP STOP - COR AZUL <u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • composição: 67% algodão e 33% poliéster, gramatura 258 g/cm2; • com gola inteiriça; • frente aberta com fechamento através de botões e caseados no sentido vertical; • mangas longas sem fechamento; • 01 (um) bolso superior esquerdo e 02 (dois) bolsos inferiores chapados; • tarja na manga e dorso; • com o logotipo da NOVACAP e o da Instituição, gravado em silkscreen no bolso superior esquerdo e na parte posterior na cor Branca.
3	<p>CAMISETA GOLA POLO - MALHA FRIA - COR AZUL MARINHO; <u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • composição 67% de poliéster e 33% de algodão, gramatura 158 g/m2; • com o logotipo da NOVACAP e da Instituição, gravado em silkscreen, na parte frontal lado esquerdo e nas costas, manga curta.
4	<p>LUVA DE SEGURANÇA EM MALHA DE ALGODÃO <u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • confeccionada em malha de algodão, com revestimento em látex na palma, dedos e dorso da mão. • sistema antiderrapante na palma da mão. Material durável e resistente. • com certificado de Aprovação - C.A do Ministério do Trabalho.
5	<p>LUVA DE PVC NITRÍLICA <u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • flexível e anatômicas, palma e dedos antiderrapante, espessura média de 0,45 mm e comprimento de 32 cm, • interior liso e acabamento clorinado para trabalhos que exijam tato e resistência ácidos, álcoois, graxas, querosene, gasolina e detergentes, etc. • Com Certificado de Aprovação - C.A do Ministério do Trabalho.
6	CHACHÁ
7	<p>PERNEIRA DE SEGURANÇA <u>Especificação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Perneira de segurança confeccionada em duas camadas de material sintético, sem furos, duas talas em polipropileno nas laterais ou três talas em aço revestidas em polipropileno ou três talas

	<p>frontais em polipropileno até o joelho, afixadas por solda eletrônica, fechamento em velcro, acabamento em viés.</p> <ul style="list-style-type: none">• com Certificado de Aprovação - C.A do Ministério do Trabalho.
8	<p style="text-align: center;">BOTINA DE SEGURANÇA - PVC</p> <p style="text-align: center;"><u>Especificação:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• bota de segurança, confeccionada em PVC em uma única peça, modelo capataz, forrada internamente com meia de poliéster ou nylon, cano longo, com solado antiderrapante;• com Certificado de Aprovação - C.A. do Ministério do Trabalho.

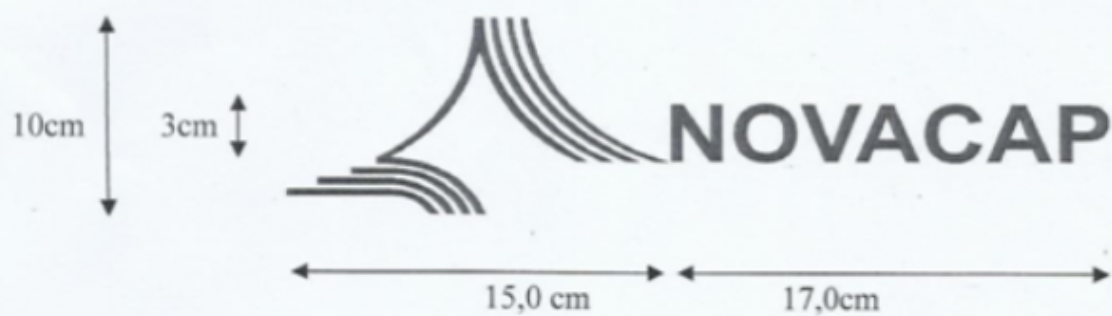
LOGOMARCA DA NOVACAP- APLICAÇÃO

GUARDA-PÓ EM BRIM RIP STOP COR AZUL MARINHO

- (Bolso lado esquerdo)



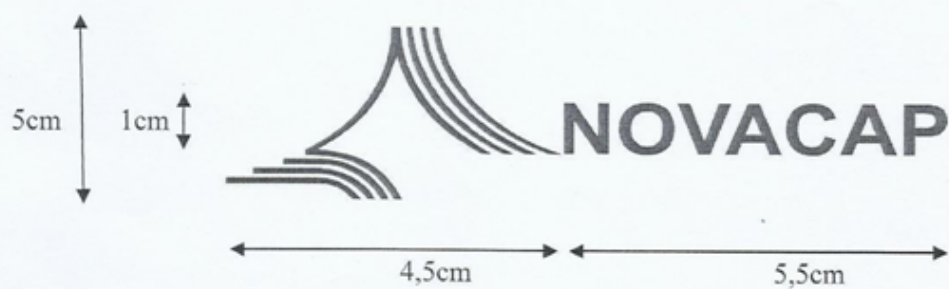
- (Parte posterior)



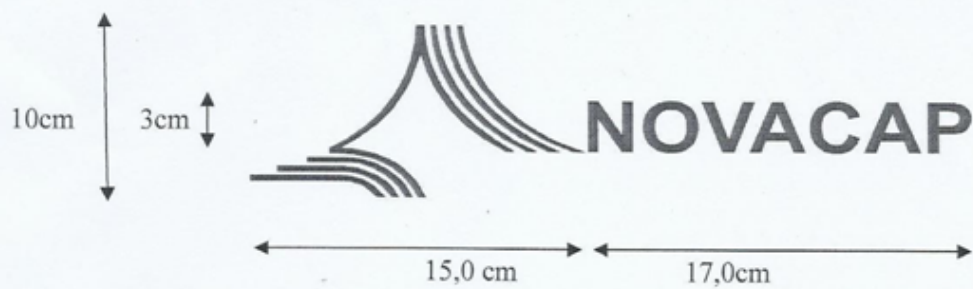
- Gravação em Silk Screen cor branca

CAMISETA GOLA PÓLO- COR AZUL MARINHO

- (Parte frontal lado esquerdo)



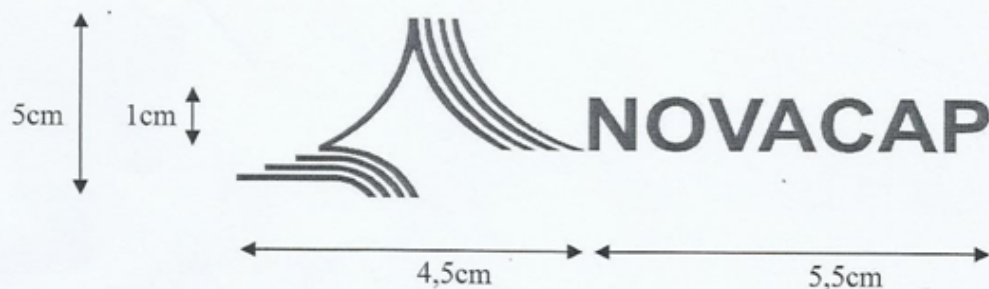
- (Parte posterior)



Gravação em SilkScreen cor Branca

CHAPÉU TIPO AUSTRALIANO-COR AZUL MARINHO

- (Na parte frontal)



Gravação em Silk Screean Cor branca



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA CHRISTINE PIRES SALES Matr - 0973.439-2, Assessor(a)**., em 08/04/2021, às 15:43, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RANDAL FARAH DE OLIVEIRA LEÃO, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas**, em 08/04/2021, às 16:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELZO BERTOLDO GOMES - Matr.0973333-7, Diretor(a) Administrativo(a)**, em 08/04/2021, às 16:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO ANTUNES LEMOS - Matr.0973458-9, Diretor(a) de Urbanização da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 08/04/2021, às 17:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **59523768** código CRC= **8F56D847**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF